

ORDEM DE SERVIÇO GPRES nº 0003/97

João Pessoa, 16 de janeiro de 1997

O JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA  
TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**R E S O L V E**

I - Os pedidos de interrupção ou de suspensão de férias deverão obedecer aos ditames insertos na Resolução Administrativa nº 134/92, somente sendo aceitos quando da ocorrência de imperiosa e real necessidade de serviço, devendo tal motivo ser exaustiva e minuciosamente esclarecido em exposição de motivos que o justifique. Requerimentos onde conste tão-somente a expressão "solicito a Vossa Excelência interromper (ou suspender) férias por imperiosa necessidade de serviço", são insuficientes para comprovar tal necessidade;

II - Os pedidos devem ser protocolizados/encaminhados ao Tribunal com a maior antecedência possível, de forma que o retorno ao exercício somente ocorra após o seu deferimento.

Dê-se ciência.

Publique-se.

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO

Juiz Presidente